

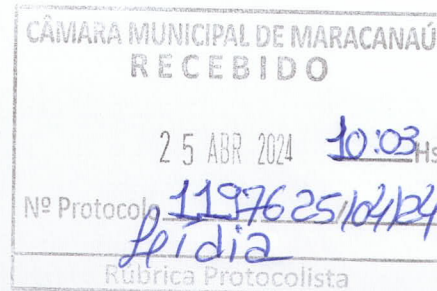


Prefeitura de Maracanaú

MENSAGEM Nº 045, DE 22 DE ABRIL DE 2024 DO PODER EXECUTIVO.

À Sua Excelência o Senhor
José Valdeci Gomes Peixoto
Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú
MARACANAÚ. CE

PROJETO DE LEI Nº 045/2024.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"ALTERA A LEI Nº 3.182, DE 03 DE MAIO DE 2022 QUE INSTITUIU O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO DE MARACANAÚ – COMUT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Inicialmente, cumpre-me registrar a Nota Técnica SEI nº 3851/2023/MTP que trata da solicitação de credenciamento do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda de Maracanaú-CE, nos termos da Resolução CODEFAT nº 890, de 2 de dezembro de 2020, que estabelece critérios e diretrizes para instuição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda – CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

Nesse sentido, para concussão da finalidade pleiteada pelo Município de Maracanaú faze-se necessário ajustes na Lei Municipal nº 3.182, de 3 de maio de 2022, institui o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda de Maracanaú-CE, para que os conselhos possam ser credenciados, é imprescindível que os seus atos constitutivos estejam em consonância com a Lei nº 13.667, de 2018, e com a Resolução CODEFAT nº 890, de 2020. É condição essencial para isso, que a análise da documentação permita verificar que há aderência do seu conteúdo aos normativos citados. O objeto da análise são os documentos definidos na Resolução CODEFAT nº 890, de 2020, quais sejam: i) lei de criação do CTER; ii) decreto de regulamentação da lei de criação do CTER, quando essa regulamentação for obrigatória; iii) regimento interno do CTER e o ato normativo de sua aprovação; iv) ato normativo que formaliza o resultado da eleição da presidência do CTER; v) ato do Poder Executivo local designando os membros do CTER, contendo o nome completo dos conselheiros, a situação de Titularidade ou suplência, a indicação do segmento por eles representados e o respectivo período de vigência do mandato; e, vi) ato do Poder Executivo local designando o Secretário-Executivo do CTER e eventual substituto. Em cumprimento ao caput do art. 3º da Resolução CODEFAT nº 890, de 2020.



Palácio das Maracanãs
Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, Maracanaú, Ceará
CEP 61.900-200



Prefeitura de Maracanaú

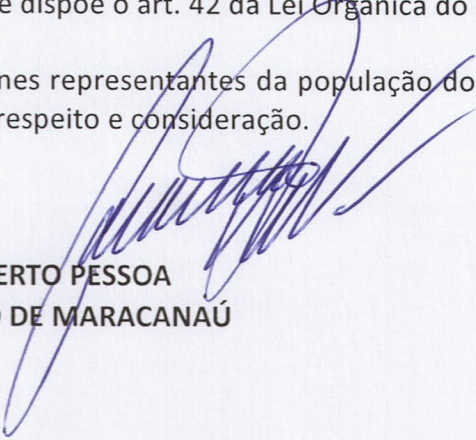
Vale destacar, que o Conselho Municipal do Trabalho de Maracanaú exercer a gestão do Fundo Municipal do Trabalho de Maracanaú, garantidor do acesso as ações afetas ao SINE.

A modificação é necessária para que o município possa aderir à nova sistemática e proceder à pactuação com base no Plano de Ações e serviços do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

Em razão do exposto, remeto o presente Projeto de Lei ao acurado exame de V.Exª e dos ilustres Vereadores com assento nesta augusta Casa, solicitando sua apreciação e esperando sua aprovação, na forma de que dispõe o art. 42 da Lei Orgânica do Município.

Renovo a V.Exª e aos demais insignes representantes da população do Município de Maracanaú, protestos de elevada estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,


ROBERTO PESSOA
PREFEITO DE MARACANAÚ

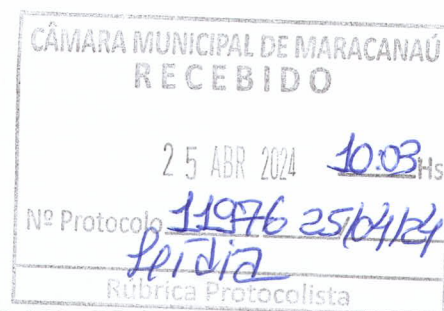


Palácio das Maracanãs
Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, Maracanaú, Ceará
CEP 61.900-200



**Prefeitura de
Maracanaú**

PROJETO DE LEI Nº 045, DE 22 DE ABRIL DE 2024.



ALTERA A LEI Nº 3.182, DE 03 DE MAIO DE 2022 QUE INSTITUIU O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO DE MARACANAÚ – COMUT, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito de Maracanaú, Roberto Soares Pessoa:

Faço saber que a Câmara Municipal de Maracanaú, aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 3º da Lei 3.493, de 22 de dezembro de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. O Conselho Municipal do Trabalho será composto de forma tripartite e paritária, com 09 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, por representantes titulares e suplentes do Poder Executivo, das entidades representativas dos empregadores e das entidades representativas dos trabalhadores, a saber:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Gestão, Orçamento e Finanças;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica;
- d) 03 (três) representantes de entidades dos empregadores a serem definidas democraticamente através de escolha de participação entre os interessados; e,
- e) 03 (três) representantes de entidades dos trabalhadores a serem definidas democraticamente através de escolha de participação entre os interessados.” NR

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO QUATRO DE JULHO DA PREFEITURA DE MARACANAÚ, AOS 22 DE ABRIL DE 2024.

ROBERTO PESSOA
PREFEITO DE MARACANAÚ

